

ARTIGO RECEBIDO: 14/12/2023 – APROVADO: 09/04/2024 - PUBLICADO: 22/04/2024

COMPLEXO DA SOJA E AGRICULTURA MUNDIALIZADA NO ESTADO DO TOCANTINS: CONFIGURAÇÕES E IMPACTOS (2011–2021)

SOY COMPLEX AND GLOBALIZED AGRICULTURE IN THE STATE OF TOCANTINS: CONFIGURATIONS AND IMPACTS (2011-2021)

COMPLEJO SOJERO Y AGRICULTURA GLOBALIZADA EN EL ESTADO DE TOCANTINS: CONFIGURACIONES E IMPACTOS (2011-2021)

Karollyne Pereira de Sousa¹; Fabiana Scoleso*,²

¹ Bacharel em Relações Internacionais, graduada em pela Universidade Federal do Tocantins. Membro do Grupo de Estudos Globais e América Latina (Gegal), Brasil.

² Professora Adjunta do curso de Relações Internacionais da UFT, coordenadora do curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos e Territorialidades PGELAT-UFT, coordenadora do grupo de em Estudos Globais e América Latina e membro do GT Clacso Fronteras, Regionalización e Globalización. Foi professora visitante da Université Toulouse-Jean Jaurès no departamento de Dinâmicas Rurais.

*Correspondência: fscoleso@uft.edu.br

RESUMO

O artigo se debruçou na análise sobre o complexo da soja no Tocantins no contexto da agricultura mundializada, com o objetivo de construir uma visão abrangente do complexo da soja no estado. O trabalho utiliza análise bibliográfica e dados quantitativos para produzir uma análise crítica acerca do modelo de desenvolvimento. Entende-se que o estabelecimento do complexo de soja no estado se deu de forma acelerada, inserida a dinâmica rural da região na expansão da fronteira agrícola sobre o bioma Cerrado, o mais destruído e ameaçado nas últimas duas décadas, sobretudo à região do Matopiba. Diante disso, compreende-se o Tocantins como parte de uma Zona Específica de Intensa Acumulação (ZEIA) ao passo que identifica-se e reproduz uma infraestrutura e uma série de dispositivos que viabilizam e incentivam a produção agrícola de soja no estado. No escopo do artigo aponta-se para o saldo do ordenamento econômico em torno da exploração dos territórios e recursos naturais: a crescente do desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa, para além do aprofundamento das desigualdades sociais. Encerra-se com uma perspectiva de acirramento das tensões gestadas no âmago do complexo da soja, as quais compreende-se enquanto contradições fundamentais do próprio modelo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Soja. Tocantins. Impactos socioambientais.

ABSTRACT

The article looks at the soy complex in Tocantins in the context of globalized agriculture, with the aim of building a comprehensive view of the soy complex in the state. The paper uses bibliographical analysis and quantitative data to produce a critical analysis of the development model. It is understood that the establishment of the soy complex in the state has taken place at an accelerated pace, with the

rural dynamics of the region embedded in the expansion of the agricultural frontier over the Cerrado biome, the most destroyed and threatened in the last two decades, especially in the Matopiba region. In light of this, Tocantins is understood as part of a Specific Zone of Intense Accumulation (ZEIA), as it identifies and reproduces an infrastructure and a series of devices that enable and encourage soybean agricultural production in the state. The scope of the article points to the balance of economic planning around the exploitation of territories and natural resources: increasing deforestation and greenhouse gas emissions, as well as deepening social inequalities. The article closes with a perspective of the intensification of tensions at the heart of the soy complex, which are understood as fundamental contradictions of the development model itself.

Keywords: Soy. Tocantins. Socio-environmental impacts.

RESUMEN

El artículo analiza el complejo de la soja en Tocantins en el contexto de la agricultura globalizada, con el objetivo de construir una visión integral del complejo de la soja en el estado. El trabajo utiliza análisis bibliográfico y datos cuantitativos para producir un análisis crítico del modelo de desarrollo. Se entiende que la implantación del complejo sojero en el estado se ha producido a un ritmo acelerado, con la dinámica rural de la región inserta en la expansión de la frontera agrícola sobre el bioma del Cerrado, el más destruido y amenazado en las últimas dos décadas, especialmente en la región de Matopiba. Por lo tanto, Tocantins es visto como parte de una Zona Específica de Acumulación Intensa (ZEIA), ya que identifica y reproduce una infraestructura y una serie de dispositivos que permiten y fomentan la producción de soja en el estado. El alcance del artículo apunta al balance de la planificación económica en torno a la explotación de territorios y recursos naturales: aumento de la deforestación y de las emisiones de gases de efecto invernadero, así como profundización de las desigualdades sociales. El artículo cierra con una perspectiva de la intensificación de las tensiones en el seno del complejo sojero, entendidas como contradicciones fundamentales del propio modelo de desarrollo.

Descriptor: Soja. Tocantins. Impactos socioambientales.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma tentativa de, frente a importância das exportações de commodities no cenário global e em particular da soja para a economia brasileira, compreender a inserção do estado do Tocantins no quadro da agricultura mundializada, suas formas de expansão e impactos. Assim, o objetivo é traçar um panorama do complexo da soja no estado através da reconstituição de dados e de uma análise crítica de seus resultados. A pesquisa configurou-se enquanto exploratória e para cumprir seu objetivo lançou mão da revisão bibliográfica acerca das dinâmicas nacionais e internacionais envolvidas na conformação do complexo da soja no Tocantins, bem como de pesquisa documental a partir dos dados de fontes oficiais do estado e do país.

Num primeiro momento, buscou-se os subsídios históricos para compreender a ocupação do cerrado nas décadas 1970 e 1980, bem como os elementos e processos que definiram o período em questão. Ademais, é pertinente mencionar a criação de um consenso na opinião pública sobre a importância do agronegócio para a economia brasileira e tocaninense por meio das categorias de “agronegócio” e “agroindústria”, com a apresentação de dados quantitativos acerca da participação média do agronegócio na composição da riqueza produzida pelo setor primário no estado.

Por sua vez, avança no que diz respeito à apresentação de dados que corroboram com a caracterização do complexo da soja tocaninense e que ajuda a sustentar a hipótese de que a produção do agronegócio ocorre sob processo de ruptura das dinâmicas socioambientais de um dado espaço. Avança também na compreensão da utilização da ideia de Zona Específica de Intensa Acumulação (ZEIA) como categoria analítica e abstração para compreender o processo de mobilização de infraestrutura para a produção e reprodução do capital, além de identificarmos dinâmicas internas e externas que contribuíram para a configuração de um território especializado para atender a demanda global de commodities.

Por fim, como resultado, o artigo atesta a acelerada expansão do complexo da soja ao longo do recorte temporal escolhido. Diante dos riscos globais das mudanças climáticas e o esgotamento de recursos naturais necessários à realização da atividade agrícola extensiva, entende-se que pautar a economia de um estado e de um país na produção de commodities é uma prática *insustentável*, e representa o principal entrave não apenas rumo à uma economia de menor impacto sobre o meio ambiente, como a bioeconomia ou a agroecologia, mas como contradição fundamental que coloca em risco o futuro das sociedades. Isso posto, apresenta-se em maior detalhe a seguir o processo da coleta de dados e o processo de análise que viabilizou a discussão proposta.

O uso de gráfico contendo os dados da exportação de soja do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), presentes na plataforma AgroStat, assim como os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através do Censo Agropecuário referentes aos anos de 2006 e 2017 foram de grande importância para a perspectiva deste artigo porque incluem os dados relativos à quantidade de estabelecimentos por unidade federativa e município, área colhida, quantidade em toneladas e o valor da produção do ano, reproduzidos aqui em tabela e que demonstram o nível de especialização do território e o quanto isso contribuiu para o rápido crescimento e avanço da fronteira agrícola no estado.

Os dados referentes ao desmatamento por município que foram catalogados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) na plataforma Terra Brasilis e que também consta gráfico do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases (SEEG) relativo às emissões de gases do efeito estufa (GEE) do Tocantins, bem como dois zoneamentos de 1990 e 2007 da cidade de Campos Lindos, principal exportadora de soja segundo o Censo Agropecuário de 2017 são demonstrativos dos conflitos socioterritoriais e socioambientais gerados por tais processos de avanço.

Com a revisão bibliográfica foi possível chamar a atenção às questões socioambientais envolvidas na produção da soja no Brasil. O processo de pesquisa reuniu subsídios e auxiliou na construção de um escopo mais aprofundado em termos de contextualização das categorias de análise, potencializados, sobretudo, com gráficos e mapas com dados consolidados.

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA SOBRE O BIOMA CERRADO E SEUS IMPACTOS

Segundo Chesnais (1996), a mundialização pode ser caracterizada pelo

resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (p. 34).

É esse processo de desagregação produtiva levado a cabo nas últimas décadas do século XX que mudou radicalmente as condições de estruturação dos setores produtivos das economias nacionais, integrando-as em definitivo no grande esquema dos mercados globais. É a partir dessa concepção, especialmente a segunda que Oliveira (2015) delinea os eixos que vão promover a mundialização da agricultura: a transformação da produção de alimentos para o mercado interno em uma produção de *commodities* para o mercado global, a inserção dessa produção nas bolsas de mercadorias e valores e, por fim, a constituição de monopólios mundiais do ramo.

A conjunção desses fatores com aqueles oriundos do plano interno é que permitiram a expansão produtiva sobre o bioma cerrado. Esse processo de interiorização do cultivo é histórico, progressivo e demonstrado na figura abaixo.

Figura 1 - Avanço da produção de soja no Brasil (1960–2002)



Fonte: Japan International Cooperation Agency (2017)

Como registrado no mapa, a cultura da soja, inicialmente restrita ao sul do país e zonas pontuais do sudeste, é rapidamente impulsionada por meio de uma combinação das condições oferecidas pelo Estado brasileiro ainda na ditadura militar, por meio do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), assim como por iniciativa do capital privado (Contini, Martha Junior, Gasques e Vieira Junior; 2020).

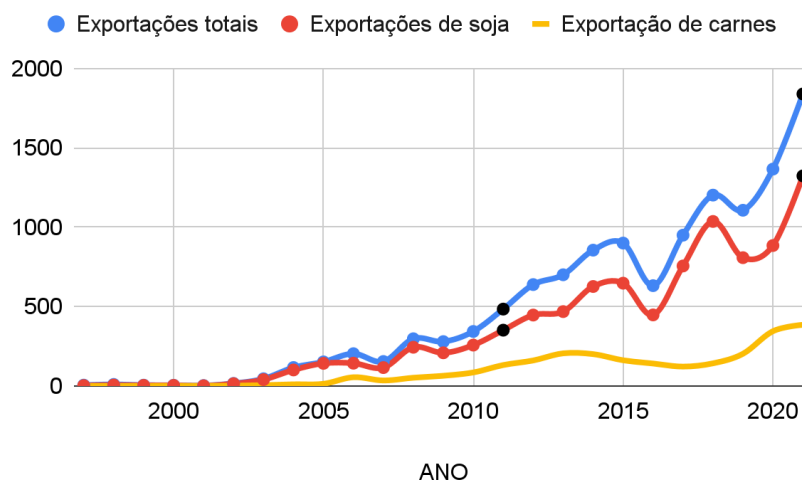
Podem ser elencadas enquanto medidas estruturantes de caráter interno dessa expansão a

implementação de um sistema de crédito que viabilizou o acesso do grande capital nacional e internacional à terra, insumos e maquinário; a produção de inovações tecnológicas, sobretudo por parte da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa (esta que foi criada no bojo da ditadura militar, em 1973) e a Embrapa Soja, além do suporte técnico disponibilizado por ela aos produtores (Muller, 1990; Bahia, 1985 *in* Favareto, Nakagawa, Kleeb, Seifer e Pó 2018).

Até meados dos anos 2000, a pecuária era a principal atividade econômica primária no território que veio a configurar o estado do Tocantins (Souza; Barros, 2019). A consolidação da soja enquanto principal produto de exportação da economia do estado é um processo construído ao longo da década de 1990, em um processo de conversão do território e que ganha corpo nos anos 2000, quando o estado se solidifica enquanto principal produtor de grãos da região norte (Tocantins, 2007).

Para melhor representar a evolução da exportação de soja no Tocantins, apresentamos o gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Exportação do Tocantins em milhões de dólares (US\$) por ano (1997–2021)¹



Fonte: Elaboração própria a partir de Ministério da Agricultura (2022).

Através dele podemos perceber o processo de consolidação da soja enquanto principal produto de exportação do estado ao longo da primeira década, experienciando crescimento substancial na primeira metade dos anos 2010 e atingindo patamares recordes ao fim da década.

Entre 2011 e 2021, a exportação de soja representou quase 80% do valor das exportações totais do estado do Tocantins, cujo principal comprador é a China, destino de aproximadamente 60% do total no período analisado (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2022). Apesar de ser

¹ O período assinalado pelo destaque em preto denota o período referente ao recorte temporal deste trabalho.

responsável pelo superávit da balança comercial tocantinense, o setor da agropecuária responde por uma média de 15% do valor bruto produzido pela economia do estado no mesmo período (IBGE, 2021). Além disso, destacamos ainda o caráter oneroso do condicionamento das exportações de produtos primários, que acumula mais de 3 bilhões no período não arrecadados pelo estado do Tocantins no período 1996-2016 (Senado Federal, 2017).

Nesse contexto cabe mencionar que, a despeito da noção de agronegócio – *agribusiness* em sua origem – remontar à segunda metade da década de 1950, esta vem a ser incorporada no Brasil apenas a partir da década de 1990 (Mendonça, 2015). Como demonstrado por Mendonça (2015), Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), a *superestimativa* da importância do agronegócio está no centro do emprego dos conceitos de cadeias produtivas integradas e de agroindústria – estes que se estenderiam “para além da porteira”. Dessa forma, a ideia de um “PIB do Agro”, atua precisamente como criação exemplar do simulacro de crescimento (Sampaio Junior, 2012) que imputa ao agronegócio a condição de sustentáculo da economia brasileira, especialmente no século XXI.

No atual contexto geopolítico, é pertinente associarmos ainda essa rápida expansão como parte do processo de reconfiguração global que conduz a América Latina, especialmente o Brasil, a um processo de reprimarização e integração subordinada.

Embora o Brasil seja um grande produtor de grãos, especialmente a soja, neste período, os impactos e conflitos que são produzidos neste processo não podem ser invisibilizados. A reprimarização da economia brasileira e Latino Americana é o que tem caracterizado a nossa nova condição de periferia do capitalismo, como destacou Pochmann (2021) em seu livro “O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira”.

Buscando melhor demonstrar esse processo em termos da configuração do complexo da soja no Tocantins através de variáveis concretas, elaboramos ainda um quadro comparativo entre os dados do Censo Agropecuário dos anos de 2006 e 2017, a fim de ampliar as possibilidades de análise.

Tabela 1 - Perfil do complexo da soja no Tocantins (2006–2017)

	2006	2017
Estabelecimentos	376	1.086
Área colhida (ha)	–	728.150
Quantidade produzida (t)	546.525	2.017.693
Valor (R\$)	293.190.000,00	2.012.017.840,00

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2006, 2017).

Conforme mostrado na tabela, em 2006 havia 376 estabelecimentos de soja que produziram 546 mil toneladas naquele ano, produção cujo valor ficou em torno de R\$ 293 milhões. As lavouras de cultivo temporário ocupavam 445 mil hectares de produção (IBGE, 2006). Nesse momento a soja já figura como principal cultura do estado e no ano seguinte o estado se consagra enquanto principal produtor de soja da região norte.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, no estado do Tocantins, foram registrados um total de 1.086 estabelecimentos voltados para o cultivo de soja. Esses estabelecimentos abrangem uma extensão territorial que ultrapassa 728 mil hectares (IBGE, 2017). Uma possível comparação que lança luz sobre o grau de concentração fundiária na produção de soja é com a produção de milho, importante *commodity* no mercado global e a segunda mais cultivada no estado. A área destinada ao cultivo de milho abrange pouco mais de 200 mil hectares, porém se encontra distribuída entre mais de 11 mil estabelecimentos (IBGE, 2017).

O TOCANTINS COMO PARTE DA ZONA ESPECÍFICA DE INTENSA ACUMULAÇÃO – MATOPIBA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Frente à dimensão desses dados é que propomos uma análise do Tocantins no contexto de um segundo ciclo de expansão para o cerrado enquanto uma Zona Específica de Intensa Acumulação (ZEIA). Palacios (2019, p. 28, tradução nossa) propõe a categoria de ZEIA como uma “abstração analítica, uma definição operacional e uma ferramenta metodológica para configurar um nível de análise de uma totalidade concreta expressa nas escalas local e regional de um processo global”.

Assim, as ZEIA são caracterizadas por

uma rede complexa de infraestruturas estabelecidas para a expansão do capital transnacional e sua intensa acumulação. Elas compreendem diversos territórios, microrregiões, localidades e áreas urbanas articuladas por meio de infraestrutura de transporte e energia, onde a infraestrutura industrial foi criada e desenvolvida para grandes projetos produtivos e/ou extrativistas, extensivos e intensivos, de corporações transnacionais, que são apoiadas financeiramente por bancos nacionais e internacionais e por políticas públicas em todos os níveis de governo, bem como por acordos e tratados internacionais; e seus produtos são valorizados em bolsas de valores globais (Palacios, p. 28, tradução nossa).

Essa condição de Zona Específica de Intensa Acumulação sob a qual o Tocantins pode ser analisado está associada, sobretudo, ao novo ciclo de expansão da soja na região conhecida como Matopiba, composta pelo sul do Maranhão, por Tocantins, sul do Piauí e oeste da Bahia.

Dos estados membros da região oficializada pelo decreto nº 8847/2015, o Tocantins é o único próximo de estar integrado na região em sua totalidade, dado que 130 dos 139 municípios estão inseridos na região (Pereira; Porcianato, Castro, 2018).

Assim, os elementos que fazem do estado do Tocantins parte integrante e reconhecida ZEIA,

são condições estruturais que têm viabilizado o processo de acumulação e reprodução do capital – isto é, a infraestrutura de logística de transporte e serviços a ele associados, tal como a de escoamento da produção com a Ferrovia Norte-Sul, o Porto Praia Norte e os terminais de armazenagem; as usinas hidrelétricas, como a UHE Luís Eduardo Magalhães e a UHE Peixe Angical – e também a existência de uma infraestrutura intangível, mediada pela de dimensão imaterial (a *superestrutura*), tal como a garantia de suporte técnico-científico oferecido pelo Centro Agrotecnológico de Palmas e das unidades locais da Embrapa; a promoção da atividade nas feiras agrotecnológicas, como a Agrotins; bem como os esforços de flexibilização do ordenamento jurídico que rege as condições de desenvolvimento da atividade agropecuária intensiva. Outro fator que colabora com este circuito é a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, a chamada Agricultura 4.0, e que tem auxiliado no aumento da produtividade da lavoura de soja nos últimos anos (Scoleso, 2022).

Nesse cenário, merece destaque o papel crucial desempenhado pela demanda crescente da China, um fator que tem sido uma força estruturante desde os anos 1990. Essa demanda está intimamente ligada à transformação do perfil socioeconômico da sociedade chinesa, que tem levado a um aumento significativo no consumo de proteína e gerando, por consequência, uma elevada procura por grãos para a produção de ração animal (Escher e Wilkinson, 2019).

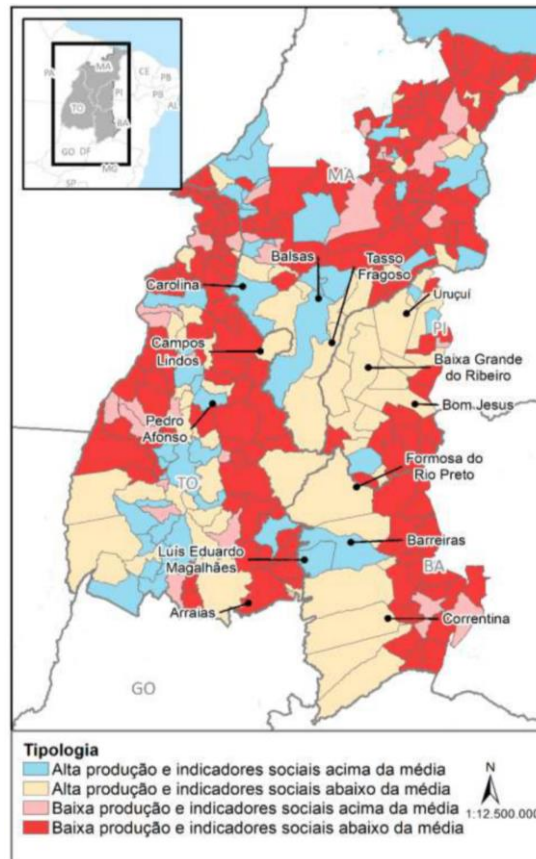
Esse fenômeno se solidificou principalmente ao longo da década de 2000, sobretudo após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Tal evento marcou um ponto de desenvolvimento nas relações comerciais entre a América Latina e o país asiático, contribuindo para o fenômeno conhecido como *boom das commodities* – um período de alta de exportações primárias no mercado internacional que coincide com a crescente das exportações tocantinenses, como explicitadas no Gráfico 01.

A formalização da parceria estratégica entre Brasil e China no que compete à produção de grãos e outras commodities se dá em pelo menos três frentes principais de atuação: a aquisição direta do produto, a compra de terras e os investimentos diretos (Guitarrara, 2018). A viabilidade deste processo só é possível, como discutido por Oliveira (2015), pelos condicionantes da mundialização da produção agrícola – a financeirização de ativos como a terra e as commodities a partir de sua inserção na bolsa de valores e a monopolização transnacional da cadeia produtiva. É nesse sentido que Domingues e Bermann (2012) elencam os integrantes da indústria da soja como agentes do desmatamento – ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, o “ABCD” que controla o mercado mundial de grãos desde a logística até o processamento dos grãos.

O Matopiba é, nas palavras de Favareto, Nakagawa, Kleeb, Seifer e Pó (2018), a síntese desses processos – de uma “mescla nem sempre louvável que envolve interesses privados e a apropriação de recursos e incentivos públicos” (p. 358). Trata-se de uma região frequentemente associada a um

imaginário desenvolvimentista e de geração de riquezas atrelada à produção de commodities no território. Essa construção discursiva, porém, se choca com a realidade dos dados acerca dos municípios, como se verifica na figura abaixo.

Figura 2 - Desempenho dos municípios do Matopiba em indicadores de riqueza e de bem-estar



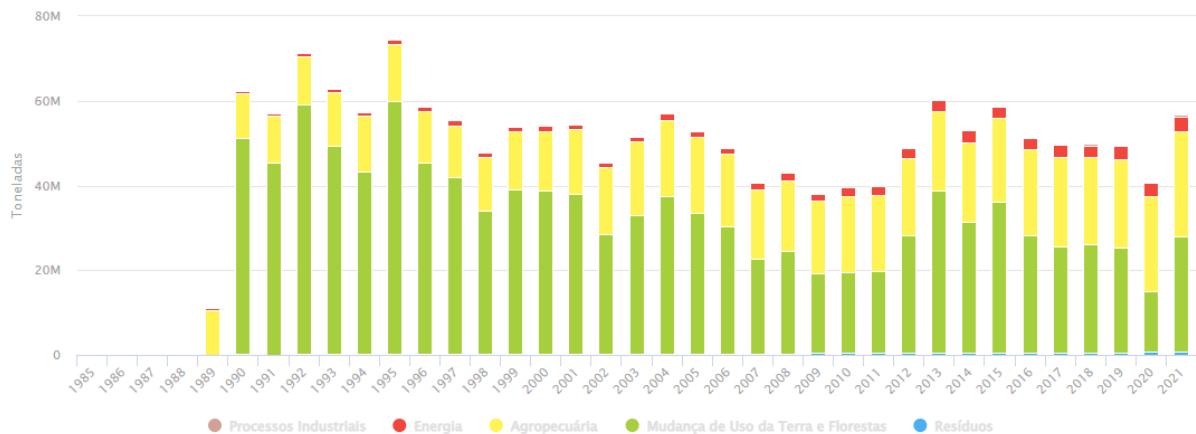
Fonte: Favareto, Nakagawa, Kleeb, Seifer e Pó (2018)

Ao analisar indicadores de demografia, PIB, renda, desigualdade, pobreza, esperança de vida e mortalidade infantil dos 337 municípios que compõem o Matopiba, Favareto, Nakagawa, Kleeb, Seifer e Pó (2018) constata que a maior parte dos municípios que integram o projeto do Matopiba destoam da construção discursiva de riqueza e prosperidade, com sua maioria numa zona de baixa produção agrícola e índices abaixo da média do estado. No caso do Tocantins não é diferente, com seus 139 municípios classificados como ricos (15%), injustos (19%), saudáveis (11%) e pobres (55%)².

² Conforme a classificação proposta de Favareto et al (2018, p. 336–337): Municípios com “alta produção e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado” são classificados como *ricos*. Municípios com “alta produção e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado” são considerados municípios *injustos*. Municípios com “produção baixa e indicadores sociais acima da média dos municípios do respectivo estado” são denominados municípios *saudáveis*. Por fim, municípios com “produção baixa e indicadores sociais abaixo da média dos municípios do respectivo estado” são compreendidos como municípios *pobres*.

A devastação do Cerrado para a expansão das atividades agrícolas ressoa com a visão de um bioma de segunda categoria, no qual o desmatamento é percebido enquanto o “custo do progresso” para desenvolver uma terra improdutiva (Chaveiro; Barreira, 2013). Interessou-nos, a partir disso, a dimensão dos impactos socioambientais provocados pela conformação produtiva percorrida até então. A principal métrica utilizada internacionalmente para medir o impacto de uma atividade sobre o meio ambiente é a emissão de gases de efeito estufa (GEE) em razão da contribuição destes para o aquecimento da temperatura média global e da fixação do CO₂ enquanto uma medida equivalente (CO₂e). Na figura abaixo, é possível conhecer o perfil de emissões do estado a partir de sua criação.

Gráfico 2 - Emissões de gases de efeito estufa (CO₂e) em milhões de toneladas por ano no Tocantins (1989–2021)



Fonte: Observatório do clima (2022)

Chamamos atenção ao fato de que, em consonância com a tendência nacional (CLIMATE ACTION TRACKER, 2022), a principal fonte de emissões do estado do Tocantins advém da mudança do uso da terra e florestas e das atividades agropecuárias – isto é, o perfil tocantinense de emissões de gases de efeito estufa está concentrado na derrubada e queimada da vegetação nativa, esta que é um reconhecido sumidouro de carbono. Nas atividades da agropecuária, por sua vez, a mecanização, a degradação do solo e a criação de ruminantes contribuem para esse desequilíbrio entre emissões por atividades humanas e capacidade do meio de sequestrar o carbono emitido.

Para além das emissões, destacamos os dados relativos ao desmatamento acumulado produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) – no período de 2000–2021, o Tocantins foi o estado do Cerrado com maior desmatamento acumulado, respondendo por 16% do total registrado (INPE, 2022).

Como destacado por Souza e Barros (2019), dado que a soja é o principal produto de exportação brasileiro, nos territórios em que ela é produzida parece haver uma maior preocupação com a regulamentação, embora isso não impeça a continuidade de processos de supressão da vegetação natural.

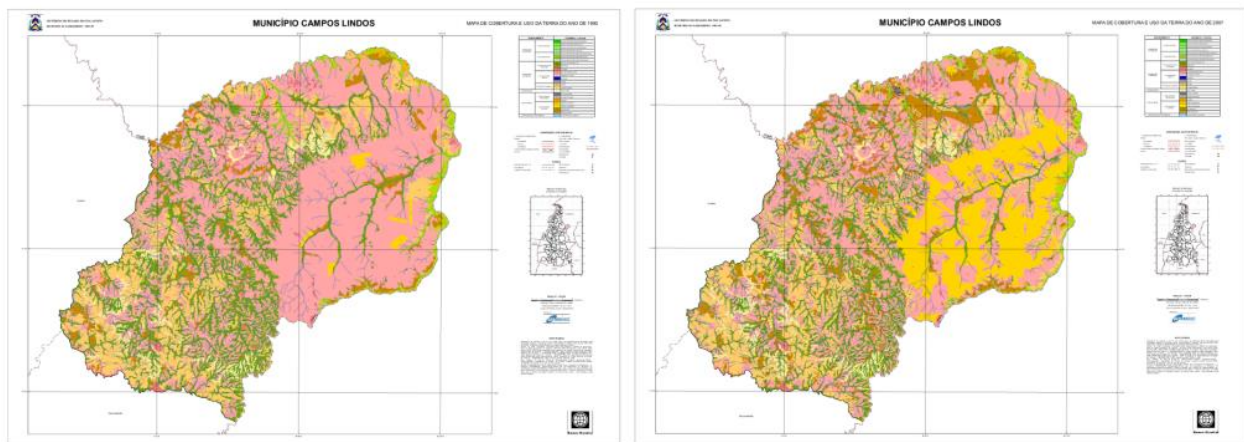
Nesse sentido, as reservas legais destinadas à preservação são um reconhecido mecanismo que atua como freio ao desmatamento, dado que correspondem a 90% da área de matas e/ou florestas nos estabelecimentos agropecuários, 26% da área em termos absolutos (IBGE, 2017).

Ainda sim, exemplos flagrantes de descumprimento da lei podem ser encontrados no que tange ao complexo da soja no Tocantins. Campos Lindos, o município com maior área colhida e valor na produção de soja (IBGE, 2017) é um caso exemplar dessa lógica predatória sob os territórios e populações.

A própria criação do município na década de 1990 é perpassada pela instalação do Projeto Agrícola Campos Lindos, que ocorreu mediante um processo ilegal de expropriação de terras com suporte dos órgãos de estado e corrupção em seu curso, culminando na “titulação” de grandes produtores e para benefício de importantes nomes da política estadual e nacional, que operavam sem qualquer licença e adequação à legislação ambiental (Neepes; Ensp; Fiocruz, 2015).

O processo se deu de forma tão acelerada que num espaço de menos de vinte anos que a transformação da paisagem e do uso da terra podem ser visualizados através dos zoneamentos a seguir.

Figura 3 - Zoneamento de Campos Lindos (TO) 1990–2007



Fonte: Tocantins (1990, 2007)

Na cor amarela predominante é possível observar a expansão de culturas temporárias, cuja inferência direta que é feita é que tal expansão decorre majoritariamente em razão da soja, dada a colocação da cidade enquanto principal exportadora da *commodity*. Segundo os dados do IBGE (2017), a área colhida de soja naquele ano foi de mais de 67 mil hectares, o que corresponde a aproximadamente 20% da área de Campos Lindos.

Ademais, como é possível verificar na Figura 01, Campos Lindos é um município de alta produção e indicadores sociais abaixo da média do estado: trata-se da principal cidade exportadora de soja do Tocantins desde 2005 e ocupa, ao mesmo tempo, o penúltimo lugar (138º) no IDH entre os municípios do estado (IBGE, 2010).

Destaca-se, por fim, as prospecções de futuro para o complexo da soja no Tocantins. Como expresso no relatório Perfil do Agronegócio Tocantinense, de autoria da Secretaria do Planejamento e Orçamento do Governo do Tocantins (2016), os estados de Goiás e Mato Grosso figuram como exemplos de desenvolvimento ancorados na produção e exportação de *commodities*. O último se destaca com o maior número de municípios entre os 50 maiores produtores do Brasil (SUMMIT AGRO, 2022), pelo incentivo à atividade agrícola intensiva por meio da flexibilização da obtenção de licenças para supressão da vegetação e pelos índices de desmatamento anuais (Oliveira, 2023).

Ao tratar da realidade do Mato Grosso, Domingues e Bermann (2012) argumentam que o padrão observado nos anos 2000 se difere ao da expansão da produção da soja devido ao fato de que no final do século passado, o aumento da produção se deu notadamente pelo aumento da produtividade – isto é, da quantidade colhida por área cultivada, ou seja, trata-se do aumento quantitativo pela *intensidade*, enquanto a partir dos anos 2000, observa-se um aumento da produção pela *expansão*, incorporando novos territórios ao complexo da soja.

Para além disso, Domingues e Bermann (2012) notam que a relação entre a soja e o desmatamento se dá de forma indireta, com o elo da pecuária intermediando a ligação: a derrubada da vegetação nativa dá lugar ao pasto para a criação de bovinos, que por sua vez é convertido em área de cultivo da soja.

Frente ao dado da CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMBATE DA DESERTIFICAÇÃO (2022) de que mais de 40% das terras globais se encontram degradadas e que os principais riscos globais de curto e médio prazo elencados pelo FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (2023) são relativos ao meio ambiente – falha em tomar medidas de adaptação e mitigação contra a crise climática, a perda de biodiversidade e o colapso ecossistêmico, desastres naturais e eventos climáticos extremos, escassez de recursos naturais – entendemos que o Tocantins e o Matopiba são territórios centrais e dignos de nota ao passo que concentram e são palco das novas dinâmicas do capital.

Ano a ano, tem sido possível observar o esgotamento das possibilidades de expansão da exploração de recursos por meio daquilo que Paulo Arantes chama de *economia de pilhagem* (SOMBINI, 2023): o modo especialmente vicioso pelo qual opera o capitalismo na periferia global, sem quaisquer constrangimentos quanto a limites éticos, sociais, ambientais e mesmo jurídicos até que determinada atividade seja inviável, redirecionando o capital para a próxima fonte de rentabilidade.

Embora hajam mecanismos de contenção de danos que sirvam como freio à exploração desenfreada, no atual cenário, a despeito de ações para controlar o avanço da fronteira agrícola e suas consequências – a devastação da biodiversidade, o aumento da temperatura média local e o desequilíbrio dos ciclos climáticos, o empobrecimento e poluição do solo e corpos d'água por uso de agrotóxicos, a concentração fundiária e de renda, a pobreza e o desemprego – o que se observa é uma perpetuação

desse modelo mesmo sob governos identificados como progressistas, o que Svampa (2016) entende como decorrente do *consenso das commodities*, uma tácita aliança política e econômica entre as classes dominantes dos países da América Latina e o capital transnacional que identifica no modelo agroexportador a via para o crescimento econômico e desenvolvimento da região.

Como exposto ao longo do artigo, o discurso neodesenvolvimentista atrelado ao agronegócio funciona como artifício retórico na construção de sua autoimagem de sustentáculo da economia brasileira, que além de factualmente inverídica (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021) oculta as dimensões contraditórias entre a extração e produção de riquezas a partir da degradação dos espaços que se insere e preda.

Os dados aqui apresentados, porém, lançam luz sobre a outra face desse modelo produtivo, que é senão a manifestação das relações de dependência atualizadas no contexto da globalização neoliberal, que impõe aos países periféricos uma posição subalterna e vulnerável na divisão internacional do trabalho e na geopolítica ambiental. Nesse sentido, o agronegócio não é apenas um setor econômico, mas também um projeto político e ideológico que visa manter e reproduzir as desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira durante toda a história do Brasil, tendo o lucro e a acumulação enquanto suas únicas razões de ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou construir um raciocínio estruturado acerca do avanço e configuração do complexo da soja no Tocantins a partir de uma perspectiva histórica. Para tanto empreendeu um esforço de se estabelecer no contexto da expansão e mundialização da agricultura para se integrar ao mercado global pela produção de commodities.

Como resultado, constatamos que o processo de expansão do cultivo da soja para a exportação ocorreu de forma extremamente acelerada, numa ruptura com os ciclos socioecológicos tradicionais da terra. Essa disrupção está inserida num contexto mais amplo de aceleração e transformação dos modos da própria acumulação do capital, exacerbando a contradição fundamental entre crescimento econômico sustentado e a utilização dos recursos e serviços ambientais, comuns e escassos.

O Cerrado é considerado uma das últimas fronteiras agrícolas do Brasil e do mundo. Assim, entendemos que o Tocantins constitui território-chave para a compreensão dos rearranjos do acúmulo de capital na semiperiferia do capitalismo global. Articulado junto ao Matopiba, percebe-se que sua inserção no mercado internacional da soja não se deu sem custos sociais e ambientais, processo que a despeito de todos impactos, ainda não foi dado como esgotado.

AGRADECIMENTOS

Ao apoio financeiro recebido da Universidade Federal do Tocantins – PIBIC/UFT.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

REFERÊNCIAS

CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C. C. M. A. **Cartografia de um pensamento de Cerrado**. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Org.). *Cerrados: perspectivas e olhares*. Goiânia: Vieira, p. 15-33. 2010.

CLIMATE ACTION TRACKER. **Brazil**. 2022. Disponível em: <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/>. Acesso em: 11 set. 2023

CONTINI, E; MARTHA JUNIOR, G. B.; GASQUES, J. G.; VIEIRA JUNIOR, P. A. O papel das políticas públicas no Cerrado. In: BOLFE, E. L.; SANO, E. E. CAMPOS, S. K. (ed.). **Dinâmica agrícola no Cerrado: análises e projeções**. Brasília: Embrapa Livros. 2020. v. 01. p. 59–88.

DOMINGUES, M. S. BERMANN, C. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v.15, n.2, p.01-22. 2012.

ESCHER, F. WILKINSON, J. A economia política do complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 656-678. 2019.

FAVARETO, A.; NAKAGAWA, L.; KLEEB, S.; SEIFER, P.; PÓ, M. Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista NERA**, Dossiê MATOPIBA, v.22, n. 47, p. 348-381. 2019.

GOVERNO DO TOCANTINS. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Perfil do Agronegócio Tocantinense**. Palmas: 2016. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/354694/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GUITARRARA, P. A parceria estratégica sino-brasileira e a inserção chinesa na região do Matopiba. In: XI SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNICAMP. 2018. **Por uma geografia mestiça: América Latina no século XXI – Espaços de Diálogo Geográfico**. p. 118–127.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agro 2017**. 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 24 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/24/76693?ano=2006>. Acesso em: 24 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Humano em Campos Lindos**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/campos-lindos/pesquisa/37/30255?ano=2010>. Acesso em 11 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Nacionais**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>. Acesso em 22 jan. 2023

Pereira de Sousa, K.; Scoleso, F.. COMPLEXO DA SOJA E AGRICULTURA MUNDIALIZADA NO ESTADO DO TOCANTINS: CONFIGURAÇÕES E IMPACTOS (2011–2021). DESAFIOS - Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins, 11(3). https://doi.org/10.20873.2024_v3_7

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. (INPE). **Projeto PRODES: monitoramento do Cerrado por satélite: taxas anuais do desmatamento – 1997 até 2021**. Brasília: INPE/MCTI, 2023. Disponível em: <http://terrabrazilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments>. Acesso em: 24 jul. 2023.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY. **Área de expansão da soja no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/Resource/brazil/portuguese/office/publications/index.html>. Acesso em 11 set. 2023.

MENDONÇA, M. L. O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 37, no. 2, p. 375-402. 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **AGROSTAT – Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. Disponível em: <https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em 11 set. 2023.

MITIDIERO JUNIOR, M. A., GOLDFARB, Y. O agro não é tech, não é pop e muito menos tudo. **Mudança climática, Energia e Meio Ambiente**. 40 p. 2021.

NEEPES. ENSP. FIOCRUZ. TO – Projeto de monocultura de soja transformou município em campeão nacional de pobreza e desigualdade. **Mapa de Conflitos**. 2015. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/to-projeto-de-monocultura-de-soja-transformou-municipio-em-campeao-nacional-de-pobreza-e-desigualdade/#fontes>. Acesso em: 23 jul. 2023.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Sistema SEEG**. 2023. Disponível em: <https://plataforma.seeg.eco.br/map>. Acesso em 11 set. 2023.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, R. ‘Legal’, desmatamento no Mato Grosso cresce e vai na contramão da Amazônia. **Agência Pública**. Disponível em: <https://apublica.org/2023/07/legal-desmatamento-no-mato-grosso-cresce-e-vai-na-contramao-da-amazonia/>. 2023.

PALACIOS, J. M. S. La “Megarregión Arizona-Sonora” como Zona Específica de Intensa Acumulación (ZEIA) en el Espacio Global para la Expansión del Capital Transnacional en la frontera México-Estados Unidos. **Repocs**, v. 16, n. 32. 2019.

PEREIRA, C. N., PORCIANATO, G. L., CASTRO, C. N. Aspectos socioeconômicos da região do Matopiba. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, p. 47–60. 2018.

POCHMANN, M. **O neocolonialismo à espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Edições Sesc, 2021.

PITTA, F. T., MENDONÇA, M. L., & BOECHAT, C. A. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais – PUC Minas**, v. 5, n. 2, 155-179. 2018.

SAMPAIO JUNIOR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688. 2012.

SCOLESO, F. **Transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0 - nova acumulação sob novo modo de produção - a natureza, os territórios e os mundos do trabalho no centro de domínio do capital**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

SENADO FEDERAL. **Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7248305&ts=1543014184398&disposition=inline>. Acesso em 28 mar. 2023.

SOMBINI, E. Mesmo sem projeto, Lula terá sucesso se frear extrema direita, diz Paulo Arantes. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/mesmo-sem-projeto-lula-tera-sucesso-se-frear-extrema-direita-diz-paulo-arantes.shtml>. Acesso em: 11 set 2023.

SOUZA, L. B. BARROS, J. R. Agronegócio e ambiente no Cerrado tocantinense: um panorama dos municípios com base em indicadores. **Ateliê Geográfico**. Goiânia, v. 13, n. 1, p. 124 – 149. 2019.

SUMMIT AGRO. Agronegócio: veja os 10 principais Estados produtores do Brasil. **Estadão**. Disponível em: <https://summitagro.estadao.com.br/comercio-exterior/agronegocio-veja-os-10-principais-estados-produtores-do-brasil/>. Acesso em 05 set. 2023.

SVAMPA, M. Neoeextrativismo e Desenvolvimento. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritoriais e novas dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento. **Mudança do uso da terra de Campos Lindos (1990)**. Zoneamento. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/por-municipios/1y4j0w41pfu3>. Acesso em 24 jul. 2023.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento. **Mudança do uso da terra de Campos Lindos (2007)**. Zoneamento. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/por-municipios/1y4j0w41pfu3>. Acesso em 24 jul. 2023.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento. **Perfil do Agronegócio Tocantinense**. Palmas, 2016. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/354694/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

UNITED NATIONS CONVENTION TO COMBAT DESERTIFICATION. **Chronic land degradation: UN offers stark warnings and practical remedies in Global Land Outlook**. 2022. Disponível em: <https://www.unccd.int/news-stories/press-releases/chronic-land-degradation-un-offers-stark-warnings-and-practical>. Acesso em: 18 ago. 2023.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Risks Report 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/global-risks-report-2023/>. Acesso em: 11 set. 2023.